

## Leituras sobre a Primeira República brasileira ao fim do Estado Novo

---

Cleverton Barros de Lima<sup>1</sup>

Resenha recebida em 10/03/2017 e aceita em 13/04/2017.

A República brasileira tem uma história inscrita por embates políticos, tramas e rupturas. De certo, essa seja a perspectiva de um balanço historiográfico que o historiador Marcos Napolitano empreendeu em uma das coleções da editora Contexto, “História na Universidade”, intitulado História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. Nos sete capítulos, Napolitano percorre as nuances de um período que se inicia na queda da Monarquia e vai até o fim do Estado Novo. Este recorte favorece uma amplitude de questões que estão na esteira do regime republicano, a exemplo, da consolidação do poder dos fazendeiros nas primeiras décadas do novo regime. Em seguida, a república continuou em franca crise com o recrudescimento das lutas entre as oligarquias, levando, assim, ao golpe de 1930 e o domínio de Getúlio Vargas durante o Estado Novo até 1945. Mas, o autor vai além, ao apontar os resultados de pesquisas atuais sobre esse período, em especial, o campo das artes, a literatura, a música e o cinema.

O historiador Marcos Napolitano obteve toda sua formação na Universidade de São Paulo (USP), onde atua no Departamento de História. Leciona e pesquisa História do Brasil Independente e, ao longo da carreira, publicou os seguintes livros: *Seguindo a canção: Engajamento político e indústria cultural na MPB: 1959/1969* (Editora Annablume/FAPESP, 2001), *História & Música* (Ed. Autêntica, 2002), *Cultura Brasileira: utopia e massificação* (Editora Contexto, 2003), *1964: história do regime militar brasileiro* (Editora Contexto, 2014). Suas publicações demonstram o interesse pela história política do Brasil e as interseções com a cultura.

Justamente, nesse interesse do historiador pela História do Brasil que a nascente República brasileira é apresentada ao leitor nos inúmeros embates erigidos por seus autores. A narrativa contempla os conflitos que sacudiram a Primeira República: a Guerra de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), ambas são lidas na condição de “verdadeiras guerras civis”, pois deixaram um saldo de mortos, onde os camponeses em condição miserável foram liderados contra as forças militares da República. O autor, então, se contrapõe ao discurso da história oficial que descreve a ordem republicana como lugar utópico de brandura, ou de que a população recebeu o novo regime letárgico e “bestializado”. Ao contrário, pelos relatos e estudos historiográficos, não é possível trabalhar com a hipótese de um povo sem postura combativa ou despido de qualquer força para empreender a luta por seus projetos políticos.

A Primeira República é tratada nesta obra em três períodos que o autor divide nestes termos: “1) consolidação da ordem republicana (1889-1899); 2) institucionalização da política liberal-oligárquica (1899-1922); 3) crise da hegemonia liberal-oligárquica (1922-1930)”<sup>II</sup>.

## LEITURAS SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA AO FIM DO ESTADO NOVO

CLEVERTON BARROS DE LIMA

Mesmo esquemático, o recorte situa a História da Primeira República numa perspectiva da ocupação do poder do estado, assim, existe uma inspiração da História política de viés clássico. Não obstante, o autor não se limita a tratar dos jogos políticos do estado, amplia as vozes de autores imprescindíveis para esse período, como a do escritor Lima Barreto, autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915). Quaresma, o personagem central deste romance de Barreto, figura o general Floriano Peixoto na condição de fraqueza, pois lhe faltava o brio do “marechal de ferro”. Certamente, a fragilidade deste político foi concretizada pela supremacia dos oligarcas paulistas que o trocaram por Prudente de Moraes.

Ainda há uma questão historiográfica central levantada pelo autor ao se tratar da Primeira República: “Houve uma política do café com leite?” Para responder essa questão é preciso, como diz o autor, buscar as revisões da historiografia. Nesse sentido, não é possível mais simplificar a história política com a síntese esquemática da “Política do Café com Leite”. Os novos estudos historiográficos não confirmam tal simplificação de um suposto acordo entre Minas Gerais e São Paulo para dominar o cenário nacional. Na realidade, hoje é tachado como uma leitura mítica, visto que, outras oligarquias regionais dominavam, no total de seis: “São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro”. Ou seja, a política da Primeira República não se restringia à aliança entre São Paulo-Minas Gerais, pois mesmo sendo os mais proeminentes estados da federação em termos estratégicos, outras oligarquias tinham poder de organização política e de interferência nos jogos políticos.

Os novos estudos de História Cultural também revelaram outras nuances a respeito da Primeira República, que por vezes foi tratado como República Velha. A historiografia dos anos 1970, contribuiu no conhecimento do movimento operário e do tenentismo, exatamente, num período antes simplificado como a república dos fazendeiros. Uma leitura que deduzia uma certa apatia dos atores sociais frente às demandas do poder das oligarquias estaduais. Esses novos atores dão um novo sentido à compreensão da crise que minou a Primeira República nos anos 1920. Crise evidenciada por sucessivos problemas na economia, em especial, aos enfrentados pelos presidentes que sucederam Campos Sales, dentre eles, Rodrigues Alves (1902-1906) e Venceslau Brás (1914-1918). E, mesmo com todos problemas econômicos, o país foi sacudido pela Revolta da Chibata (1910) durante o governo de Hermes da Fonseca e, no sul do país, a Revolta do Contestado comprovou que os dilemas de Canudos ainda pairavam como um espectro no país.

Ao tratar da modernização na Primeira República, Marcos Napolitano insere o debate a respeito da leitura dos intelectuais e cientistas sobre o Brasil. A questão candente na transição do Império para a República seria vencer os chamados “males de origem”. A identidade do brasileiro não era um debate novo, ainda no Império surgiu as primeiras indagações sobre o país. O escopo deste diagnóstico inspirou nossos intelectuais nos debates europeus, em especial, do positivismo, higienismo, evolucionismo e darwinismo social. Interessados em propor um projeto civilizatório para o país, esses intelectuais brasileiros viam como obstáculos: “a degeneração racial”, oriunda do processo de miscigenação e o passado colonial que havia legado um arquismo político insuperável. Como estudou Márcia Naxara, o brasileiro era visto como um estrangeiro em sua própria terra, um diagnóstico oriundo desta leitura do final de século.

Marcos Napolitano, ao tratar destas elites intelectuais republicanas, chega a cair num problema que persiste na historiografia da Primeira República. Segunda parte destes estudos, a Boletim Historiar, n. 19, abr. /jun. 2017, p. 102-107 | <http://seer.ufs.br/index.php/historia>

## LEITURAS SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA AO FIM DO ESTADO NOVO

CLEVERTON BARROS DE LIMA

ideia de importação das ideias de centros europeu e americanos era uma prática recorrente nos intelectuais que faziam parte da “República das Letras”. Acaba sendo um **lugar comum** nestes estudos, a ideia de que os intelectuais, a exemplo, de Oliveira Vianna, importaram o arcabouço de leitura sobre o Brasil, como demonstrou a historiadora, Maria Stella M. Bresciani. E, não o fato de existir um debate internacional no qual vários de desses autores se inspiraram e por vezes participaram ativamente.

Dentre os intelectuais que se destacaram na leitura sobre a identidade do brasileiro, Napolitano cita Silvio Romero, que constatou em seus textos a predominância das “raças inferiores”. Nina Rodrigues também trilha por uma perspectiva pessimista com relação ao futuro do Brasil, devido à presença do negro, destacamente, os “angolas e bantos”, não haveria futuro civilizatório para a nação. Destes atores vinham o trinômio: preguiça, crime e doenças. Enfim, Rodrigues via como negativo todo processo de mestiçagem, pois não se ganharia o branqueamento para um futuro civilizatório como pensava Silvio Romero, mas, sim, o rebaixamento da população branca.

Ao contrário destes intelectuais racistas científicos, Manuel Bonfim teceu uma leitura mais aguda das condições históricas do colonialismo e do imperialismo como fatores responsáveis pelo lugar ocupado pelo Brasil e a América Latina. Isto é, não era culpabilizando as populações negras e miscigenadas que se chegaria a uma leitura sobre a nação; ou, encontrar a resolução dos problemas do país utilizando uma abordagem telúrica, pautada pela “raça e o meio”. Joaquim Nabuco, outro intelectual dos oitocentos, também alertou no início da República, que o problema do negro residia nas condições da escravidão e da inexistência de políticas sociais e econômicas para os libertos.

Entre os intelectuais, Euclides da Cunha ocupa um lugar de destaque, pois apesar de acreditar nas teorias raciais, escreveu um punjante estudo de viés sociológico e histórico sobre a condição de vida do brasileiro. Na obra *Os sertões*, ele discorreu sobre a Guerra de Canudos demonstrando suas contradições, enquanto intelectual, ao não simpatizar com os rebelados, mas, ao mesmo tempo, descreve com detalhes a barbárie fomentada pelo atuação do Exército e da insistente alienação das populações urbanas do litoral quanto à realidade de vida do homem do sertão. Euclides da Cunha acreditava obstinadamente que a Guerra de Canudos seria combatida com escolas e, de certo, integração social e econômica da população. Todavia, a solução da República que Cunha defendia enviou a guerra e violência como instrumentos de contenção.

Napolitano ainda resgata a leitura a respeito da “República das Letras”, em especial, os atores vinculados à Academia Brasileira de Letras (ABL/1897). Dentre os intelectuais, o historiador salienta o papel de Machado de Assis, José Veríssimo, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco nesta República literária, múltipla em suas opções políticas e ocupações as mais variadas, pois a ABL, agregava mornarquistas, repúblicanos, cientistas, políticos.

Mesmo com uma população analfabeta, os primórdios da República viram surgir um crescimento vertiginoso da imprensa brasileira quando comparada ao Império. Apesar de elencar as diversos jornais e revistas, a exemplo de, *O Globo* (1925) e *Careta* (1908), Marcos Napolitano esquece de mencionar o papel imprescindível de Paulo Barreto, o João do Rio, na imprensa carioca, com seu aclamado, *A alma encantadora das Ruas* (1910) e com renovação da crônica enquanto gênero jornalístico.

## LEITURAS SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA AO FIM DO ESTADO NOVO

CLEVERTON BARROS DE LIMA

Lima Barreto e Monteiro Lobato são salientados pelo autor, como autores chave da Primeira República. O primeiro teria expressado os impasses da república em livros como *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (1909) e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de onde tratou de rebater as posturas higienistas e eugenistas; o segundo autor, destacou-se não só como escritor de *Urupês* (1919) e sua clássica imagem do brasileiro figurado pelas elites do “Jeca”, mas, também, como empresário e um dos mais destacados editores do Brasil. Nestes termos, a literatura brasileira da Primeira República aparece no livro nos autores canônicos da crítica literária. Não que isso seja um problema, mas é preciso iluminar outros literatos também relevantes, a exemplo, de José Barreto Filho, e seu aclamado romance, *Sob o olhar malicioso dos trópicos* (1929), ou Ranulpho Prata<sup>III</sup>, autor do livro, *Dentro da vida* (1922). Esse livro marcou o debate da intelectualidade na década de 20 do século passado, todavia, o autor não foi canonizado pela crítica como Lima Barreto e Monteiro Lobato.

As rupturas marcam também o período percorrido neste trabalho de Marcos Napolitano. Assim, ao tratar da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o historiador reitera as leituras sobre 1930 da historiografia. De fato, é uma das polêmicas mais instigantes sobre se existiu ou não uma “Revolução de 1930” e também o papel dos atores nesta trama. Tomando a crítica de Karl Marx à Revolução Francesa de 1789 como um modelo de revolução burguesa, pensadores como Virgílio Santa Rosa, vinculados ao Partido Comunista definiram 1930 na condição de oposição entre a oligarquia cafeeira e o setor industrial; Boris Fausto teria inaugurado, segundo Napolitano outra interpretação, ao propor que 1930 foi um rearranjo político, que instalou um “vazio de poder”, que logo fora preenchido pelo “estado de compromisso” de Getúlio Vargas; por último, a proposta de Edgar de Decca, vislumbrada pelo autor como “radical”, que tratou o evento não como revolução, visto que, a verdadeira classe revolucionária, o operariado, foi afastada do poder, agora exercido pela burguesia industrial. Houve uma falta das indicações sobre a leitura de 1930, na obra de Carlos Alberto Vesentini, *A Teia do Fato*; nestas tramas do fato, Vesentini descortina as vozes dos atores envolvidos na construção discursiva da “Revolução de 1930”. Não obstante, Napolitano optou por chamar o evento de Revolução de 1930, mesmo compreendendo que “os revolucionário de 1930, no fundo, queriam apenas uma reforma política e não uma revolução”<sup>IV</sup>.

Após a chegada ao poder, Getúlio Vargas juntamente com os outros rebelados, promoveram mudanças, dentre elas, a dissolução do Congresso Nacional e a nomeação de interventores para os estados. Foram criadas as primeiras bases do estado burocrático, na criação do Ministério do Trabalho em 1931. Mas, ainda nesse final de primeiro ano de Governo Provisório, apoiadores dos revoltosos, líderes liberais e federalistas estavam discontentes com o estilo personalista de Vargas, juntamente com o papel de protagonista exercido pelos tenentes. Assim, o quadro era precário de um “Estado de compromisso” que não dispunha de um quadro de apoio que afastasse o descontentamento da burguesia industrial de Rio de Janeiro e São Paulo.

A síntese da vida política do Brasil é recortada pelo autor no sentido de mostrar um mosaico das opções políticas, como a ascensão dos comunistas em 1935; a direita, nas figuras de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale e do movimento fascista, configurado nas ações da Ação Integralista Brasileira (AIB); o recrudescimento do pensamento autoritário nas vozes de Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Todos são atores dos jogos de políticos, naquela década de crise, que gerou o impacto nacional com a instauração do Estado

## LEITURAS SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA AO FIM DO ESTADO NOVO

CLEVERTON BARROS DE LIMA

Novo, mas é sempre salutar lembrar dos impactos da crise do capitalismo de 1929 e a ascensão do totalitarismo na Europa.

O mesmo interesse está em dar ao leitor um olhar desse período varguista quanto às interpretações sobre o Brasil. De certo, é uma época rica onde autores como Sergio Buarque de Holanda, com o seu *Raízes do Brasil* (1936), tesseu uma das leituras emblemáticas sobre o passado do país, em especial, a interpretação do transplante da cultura europeia para os trópicos e a ideia do homem cordial; antes dele, Gilberto Freyre, em 1933, publicou *Casa-grande & senzala*, onde defende o passado lusitano; o também importante, Caio Prado, publicou *Evolução política do Brasil* em que trata do passado colonial.

Na análise dos quadros intelectuais do Estado Novo, o autor elencou os nomes clássicos que trabalharam para o regime de Vargas: “Cassiano Ricardo (verde-amerlista), Cecília Meireles (católica modernista), Oliveira Vianna (positivista e eugenista), Gustavo Barroso (fascista)”<sup>V</sup>. Dentre os nomes de oposição ao golpe estavam Jorge Amado, José Lins do Rego, Dionélio Machado, Murilo Mendes e Erico Veríssimo. Graciliano Ramos foi listado entre os nomes contrários ao golpe, em especial, após sua prisão durante o período varguista. *As memórias do cárceres*, a obra póstuma do autor de *Vidas Secas* ilustra o poder nefasto de um país sem democracia.

Mesmo com poucas referências sobre a literatura do período Varguista, o leitor tem conhecimento das leituras sobre os temas sociais. As lutas populares foram trabalhadas esteticamente por escritores como Rachel de Queiroz, no livro *O quinze* (1930), *Menino de Engenho* (1932), de José Lins do Rego. Entretanto, Marcos Napolitano não aprofunda as leituras sobre o romance social, pois não são citados livros que marcaram o período como, por exemplo, *Os Corumbas* (1933), do escritor e deputado Amando Fontes ao figurar a situação dos trabalhadores nas fábricas; ou mesmo, a leitura feroz de Graciliano Ramos em seu *Vidas secas* (1938), em que o escritor descreveu o clima de deserto próprio das ditaduras.

O final do Estado Novo é apresentado nas diversas mudanças no cenário internacional. O fim da Segunda Guerra Mundial e a volta da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a campanha antifascista no Brasil são tramas centrais do esfacelamento do Estado Novo. E nesse sentido, a figura de Getúlio Vargas perde a sustentação ideológica e apoio no marco do Congresso Brasileiro de Escritores em 1945, reunidos no Teatro Municipal de São Paulo. O antivarguismo ganhou adesão dos intelectuais como Sergio Milliet e Dionélio Machado que trataram de fazer pressão para fim o da ditadura do Estado Novo.

A trama do período deste estudo é uma entrada importante para pensar o rico período da ascensão do getulismo no país. Assim, é uma obra indicada como uma introdução à história do Brasil, mas, sobretudo, por tratar de forma crítica tantas questões imprescindíveis para compreensão dos problemas e embates políticos ainda presentes.

### Notas:

# LEITURAS SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA AO FIM DO ESTADO NOVO

CLEVERTON BARROS DE LIMA

---

<sup>I</sup> Doutor em História pela UNICAMP. Atualmente é professor da FANESE. E-mail:cleverton.lima@gmail.com

<sup>II</sup> Ibid., p.21

<sup>III</sup> LIMA, Cleverton de Barros. Literatura e sofrimento: um olhar médico sobre a ‘vida’. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set. 2013, p.1025-1040

<sup>IV</sup> Ibid., p.95.

<sup>V</sup> Ibid., p. 139.

## Referências Bibliográficas

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FARIA, Daniel. **O Mito Modernista**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

LIMA, Cleverton de Barros. Literatura e sofrimento: um olhar médico sobre a ‘vida’. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set. 2013, p.1025-1040.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. 1a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NAXARA, Márcia R. C. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro. 1870/1920**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.